



GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe como desdobramentos políticas específicas, principalmente no que diz respeito à assistência estatal nas áreas de educação, saúde, economia e regularização de terras. Tais direitos foram se consolidando através da ação desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicatórias trouxeram para o cenário político brasileiro as demandas de garantias de direitos específicos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresentação de pesquisas a atuação dos agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, artesãos entre outros. As articulações e lutas pelo reconhecimento e por afirmação dos direitos conquistados e, ainda a fragilização e ameaças aos direitos conquistados no atual contexto sociopolítico brasileiro serão os objetos das discussões e reflexões desse GT. O objetivo é refletir e possibilitar discussões sobre as estratégias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirmação de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educação, saúde e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

Mulheres na Cadeia da Pesca: legislação e (des)regulamentação de direitos em comunidades pesqueiras do litoral fluminense

Autoria: Fernanda Pacheco da Silva Huguenin, Luceni Medeiros Hellebrandt

O presente work é um desdobramento do projeto financiado pelo FUNBIO intitulado "Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e das baixadas litorâneas", desenvolvido por equipe multidisciplinar da UENF, cujo objetivo é elaborar uma cartografia dos conflitos socioambientais que vivem mulheres das comunidades pesqueiras nos municípios de São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé, Quissamã, Cabo Frio e Arraial do Cabo. A partir da análise das leis nº 10.779/03 e nº 11.959/09; e dos decretos nº 8.424/15 e nº 8.425/15, que dispõem sobre o seguro desemprego durante o defeso e sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), buscamos avaliar o aprofundamento das desigualdades de gênero promovido pela falta de reconhecimento e seguridade ao work feminino na cadeia produtiva da pesca. Embora as mulheres tenham papel fundamental em atividades como separação e filetagem de peixes; beneficiamento e venda de produtos; ou manutenção de equipamentos de pesca, a categoria "pescadora" começa a aparecer na legislação apenas a partir de 2015. Antes, a referência de que existem outras pessoas envolvidas na cadeia produtiva é encontrada no termo "regime de economia familiar". Entretanto, as leis que discorrem sobre direitos previdenciários ignoram as etapas pré e pós atividade pesqueira, tornando "pesca" sinônimo



exclusivo de ?captura?. Na esteira da fragilização dos direitos conquistados a partir da Constituição de 88 face ao atual contexto sociopolítico brasileiro, o decreto nº 8.967/17 revogou o de nº 8.425/15, que garantia a inscrição no RGP aos trabalhadores de apoio à pesca artesanal, ou seja, pessoas que exercem works de confecção e de reparos de artes e petrechos, consertam embarcações de pequeno porte ou atuam no processamento do produto. Além da legislação supracitada, a vulnerabilidade das trabalhadoras da pesca agrava-se mediante a desigualdade por elas vivenciadas em seus contextos sociais relativa às expectativas direcionadas aos papéis de gênero, isto é, o não reconhecimento profissional de sua (auto)identidade de pescadora; a jornada laboral e a remuneração diferenciadas; e a restrição ao acesso de locais e equipamentos necessários à pesca, tais como as águas marítimas ou as embarcações. Neste sentido, o work analisa a definição conceitual do que é a identidade do(a) pescador(a), considerando não apenas a legislação, mas seus saberes e práticas, e avalia a situação das mulheres nesse contexto: seu (auto)reconhecimento social; sua posição e importância na cadeia produtiva; sua (des)igualdade política diante de conflitos socioambientais; e os problemas de gênero que afetam sua seguridade e garantia de direitos.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

